

ELEIÇÕES REITORIA

CECCOM APROVA CALENDÁRIO ELEITORAL

O Conselho de Cultura e Relações Comunitárias (Ceccom) aprovou na quinta-feira, 17/5, o calendário e a Comissão Central Eleitoral (CCE) para a eleição de reitor relativa ao quadriênio 2012/2016. A decisão do Ceccom precisa ser referendada pelo Conselho Universitário (Consun) em sua reunião de 30/5 e pelo Conselho de Administração (Consad) que analisará os custos financeiros do processo.

O texto estabelece que as eleições para reitor ocorreram entre os dias 10 e 14/9 em todos os campi (prazo mais dilatado do que aquele estabelecido pelo Cardeal Dom Odilo Scherer), ao final do qual a CCE apurará os votos e encaminhará a lista tríplice para a homologação dos Conselhos e escolha do nome pelo Grão-Chanceler.

Fica estabelecida a data de inscrição de chapas entre os dias 13 e 15/6. Após esse período a CCE terá até o dia 28/6 para apresentar oficialmente as chapas. Com debates entre os candidatos em todos os campi, a campanha eleitoral deverá acontecer majoritariamente no mês de agosto e início de setembro, terminando no dia 6/9.

A Comissão Central Eleitoral será presidida pelo professor Marcio Cammarosano, do Departamento de Direito, e composta equitativamente pelos professores Wagner Martins (FEA) e Ana Ma-

ria Domingues (Faficla); pelos funcionários Arlete Venites (DRH), Regina Villani (FEA) e Ronaldo Martins (CGE); e pelos alunos Jéssica Sarti (RI), Ludimila Antunes (Pós em Administração) e Tiago Cardieri (Direito). Além disso, cada unidade deverá escolher a sua Comissão Setorial para o pleito.

POLÊMICAS

Um ponto polêmico discutido no Ceccom foi o referente aos alunos que têm direito a voto. Pela deliberação terão direito a voto todos os alunos da graduação, pós *stricto* e *lato sensu*, inclusive os da extensão. A professora Dorothea Passeti sustentava que os alunos dessa modalidade têm uma ligação muito efêmera com a universidade, pois seus cursos são de curta duração. Porém o colegiado entendeu que alunos de extensão mantêm vínculo com a universidade, por 23 votos contra nove, aprovou que os extensionistas que estiverem matriculados na data do pleito terão direito a voto.

Outra questão debatida no conselho é o local de votação dos docentes que desenvolvem suas atividades em mais de um polo de ensino. Contrariando o indicativo de que estes professores deveriam votar onde tivessem maior carga horária, o Ceccom delibe-

AS DATAS DO CALENDÁRIO ELEITORAL	
Inscrição de chapas	13 a 15/6
Anúncio das chapas inscritas	28/6
Campanha	28/6 a 6/9
Votação	10 a 14/9
Apuração	14/9, após o fechamento das urnas
Data-limite para recursos	24h após o encerramento da eleição

COMISSÃO ELEITORAL
PROFESSORES Marcio Cammarosano (presidente) Direito - Ana Maria Domingues Zilocchi - Faficla -Wagner Abrão Martins - FEA
FUNCIONÁRIOS Arlete Venites Sanches - DRH, - Regina Bernardo Villani - FEA -Ronaldo Martins - CGE
ALUNOS Jessica Selingardi Sarti - RI - Ludmila Cândido Antune - Pós Administração - Thiago Duarte Cardieri - Direito

rou que eles devem votar nas suas unidades departamentais de origem. Ao final, o Pró-Reitor de Cultura e Relações Comunitárias, Hélio Deliberador, que

presidiu o conselho, desejou que todo o processo eleitoral seja respeitado conforme as deliberações do Ceccom e a decisão da comunidade acadêmica.

ELEIÇÕES NA APROPUC
As inscrições de chapa para a eleição da APROPUC ocorrem entre os dias 31/5 a 1/6. Poderão se inscrever todos os professores associados à APROPUC até 16/4/2012. A votação ocorrerá nos dias 12, 13 e 14/6 e a posse da nova diretoria acontecerá no dia 15/6. O site da APROPUC está disponibilizando um link com todas as informações referentes ao pleito.

EDITORIAL

Comissão da Verdade para quê?

A pergunta tem sido feita pela direita e pela esquerda. A primeira considera os crimes da ditadura fatos do passado. Não haveria razão para rememorar em feridas cicatrizadas pela democracia. E se fosse para fazê-lo, que também se colocasse na ordem do dia as mortes e outros crimes dos subversivos, segundo a qualificação dada pelos militares. E, finalmente, a Comissão da Verdade esbarra na Lei da Anistia. Mesmo que se pretendesse criminalizar algum militar ou policial, hoje, estão com idade prescricional. A esquerda, cujo espectro é tão amplo quanto ao da direita, duvida que a Comissão da Verdade tenha capacidade para ir até o fundo dos porões da ditadura e dele subir até os píncaros da farda. Ou então que já nasceu comprometida com o acordo partidário, parlamentar e governamental de não levar ninguém ao banco dos réus. Há, porém, a resposta da presidência da República, circundada pelos três presidentes anteriores, incluindo o Sr. Collor de Melo, que o objeto da Comissão da Verdade não é o de afrontar a Lei da Anistia, mas tão-somente passar a limpo o passado para reconciliar a nação.

Qual é então o receio da direita militar e civil? É o de que os nomes e rostos dos torturadores e assassinos, que se valeram da ditadura para eliminar os opositores, fossem eles nacionalistas, reformistas, legalistas, sindicalistas, castro-guevaristas, maoístas, estalinistas, trotskyistas. Desse receio, passa-se para um segundo: que uma vez exposta a barbárie dos militares e policiais envolvidos no combate à resistência armada, por sinal, da débil resistência armada, que se desperte um movimento político pela condenação dos torturadores e assassinos.

Os acontecimentos na Argentina servem de modelo para a direita cavernosa. Tudo se fez para valer a lei do esquecimento, mas a presença viva dos trinta mil mortos não permitiu o perdão total. Mas, no Brasil, oficialmente se contabilizam 379 mortos e desaparecidos. A Comissão de Mortos e Desaparecidos reconhece 457. A Secretaria

dos Direitos Humanos apurou mais 370 desaparecidos que não constam da lista oficial. Somados, são 749 mortos e desaparecidos. De fato, ainda está para ser apurada a real extensão dos crimes da ditadura. Esse volume, por si só, não permite esmaecer a responsabilidade do regime militar e de seus agentes, que envolveram muitos políticos e empresários que se valeram e se valem da sombra da tal da democracia. No entanto, a esperança dos promotores da Comissão da Verdade é que tudo termine sem crise política.

O terreno que será removido está minado por centenas de covas clandestinas. Os assassinos que usaram a ocultação de corpos para manter seus rostos cobertos pelas trevas vão revelar onde esconderam os restos mortais das vítimas? As já evidenciadas simulações de mortes no Dops/Doi/Codi colocarão à luz do sol os rostos dos torturadores e assassinos? Certamente, o temor dos militares e da direita civil é de que, sob a cicatriz forjada pelo acordo de transição da ditadura para a democracia, o País se depare com o tecido podre. E que quanto mais se tente removê-lo com o cuidadoso bisturi da Comissão da Verdade, mais amplo e profundo se mostrará.

Lembremos que os primeiros desaparecidos datam de 1964, como foi o caso do líder camponês paraibano Pedro Inácio de Araújo. O mesmo destino teve o operário paulistano Virgílio Gomes da Silva, assassinado pela Operação Bandeirantes, em 1969. Como se vê, a macabra obra da ditadura militar ainda está por ser apurada em toda sua extensão.

O caminho não será o da Comissão da Verdade, condicionada que está pelos mesmos poderes. Trata-se de por em marcha um amplo movimento pela verdade histórica e pela punição aos torturadores e assassinos. A APROPUC se acha colocada diante desse dever. A Universidade deve assumir sua parte. Organizemos uma campanha, com manifestações, palestras, estudos, e publicações.

Diretoria da APROPUC



MARINA D'AQUINO

À esquerda, a mesa de abertura do Seminário Internacional. À direita, o trio composto por Billi, Caio e Jurema, respectivamente, que apresentaram canções de Adoniran Barbosa

Momento Itália-Brasil debate imigração italiana

O Seminário Internacional Momento Itália-Brasil aconteceu nos dias 14, 15 e 16/5 no auditório superior do TUCA, com a presença de palestrantes e público de ambos os países. Após uma rápida sessão de abertura se deu início a primeira mesa do evento, com o tema "Deslocamentos: chegadas e partidas". Coordenada pela professora Maria Margarida Limena, da PUC-SP, contando com a presença de Paola Corti, da Università di Torino, João Carlos Tedesco, da Universidade de Passo Fundo, Maria Aparecida Franco, da Universidade Católica de Santos, e de Paulo Cesar Gonçalves, da Unesp, que basearam suas falas no sentimento nacionalista que os primeiros italianos que chegaram ao Brasil mantinham, explicando como as colônias se formaram no país, principalmente em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

Outro destaque da programação foi o debate sobre "Memória: arquivos e museus", que ocorreu no segundo dia de evento. Com a presença de Chiara Vangelista, da Università degli Studi di Genova, Carlos Bacelar, do Arquivo Público do Estado de São Paulo, Cilmar Franceschetto, do Arquivo

Público do Estado do Espírito Santo, e Odair da Cruz Paiva da Unifesp, o debate foi fundamentado na questão dos museus, de como eles devem se colocar como espaço de memória e não de busca nostálgica.

CAFÉ LITERÁRIO

Para encerrar o primeiro dia, um café literário aconteceu com muita música e história. Após algumas canções do saudoso Adoniran Barbosa, o repertório ficou por conta do professor italiano da Universidade de Verona, Emílio Franzini, que lançou mão de cantigas que resgatam a passagem do general Giuseppe Garibaldi pelo Rio Grande do Sul e pela bacia platina. Segundo o professor, Garibaldi ficou marcado no imaginário popular de toda Europa mediterrânea e da América do Sul.

Mas se Franzini trouxe à tona músicas referentes a um grande personagem italiano, não deixou de homenagear a cultura brasileira. Com bela entonação, ele também cantou Asa Branca, do mestre do Baão Luiz Gonzaga, encantando todos os presentes. O evento foi promovido pelo departamento de História da PUC-SP e teve apoio da APROPUC.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua João Ramalho 182, 7º andar – Fone: 3670-3391.

PUCViva: 3670-3391 – Correo Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br – PUCViva na Internet: www.apropucsp.org.br

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Roberto Oliveira, Marina D'Aquino e Anna Gabriela Coelho

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victoria C. Weischardt

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Cultura Crítica reflete a obra de Aluísio Azevedo

“De fora para dentro e não de dentro para fora”. Assim Marizete Garcia, professora da USP, definiu o movimento criativo da psicologia coletiva nos personagens de Aluísio Azevedo, escritor maranhense homenageado na 13ª edição da *Cultura Crítica*, revista cultural da APROPUC, que foi lançada na quinta-feira, 17/5, no auditório 239, com presença de convidados e da comunidade acadêmica.

É esta dimensão literária marcadamente naturalista de Aluísio Azevedo que é discutida na *Cultura Crítica*. E foi explorada por especialistas que contribuíram com artigos para a revista e foram convidados a falar sobre as três principais obras do maior expoente do naturalismo brasileiro: “O Mulato”, “Casa de Pensão” e “O Cortiço”.

LITERATURA ENGAJADA

Além de Marizete Garcia, estavam à mesa a professora Luciana Silva e os professores Erson Martins de Oliveira, Eduino José Orione e João Hilton Siqueira. Em sua apresentação, Erson Martins foi apaixonado ao afirmar que é preciso uma revisão crítica da obra de Aluísio Azevedo, pois ela não raramente foi menosprezada devido ao fato que expunha as entranhas da sociedade brasileira do final do século XIX - hipócrita, moralista e escravocrata. “Ele era revolucionário em sua literatura porque já colocava a emancipação real dos negros à luz das relações sociais”,

colocou Oliveira falando dos conflitos existentes em “O Mulato” e principalmente em o “O Cortiço”, onde o autor deixa ao último capítulo profunda crítica à recém-promulgada abolição da escravatura.

Sobre este último clássico naturalista, Eduino Orione falou que consegue enxergar uma herança literária do romântico José de Alencar nas formas de construção das figuras femininas. “Rita Baiana é uma versão naturalista de Iracema, personagem idealizada da construção de metáforas com a fauna e a flora”, argumentou Orione.

PROTAGONISTA

Para Aluísio Azevedo “o meio era um personagem protagonista da história”. A afirmação é do professor de linguística João Hilton Siqueira. Dessa forma, o autor deu vida ao cortiço que criou na medida em que o meio era preponderante para o desenrolar dos perfis psicológicos dos

personagens e do próprio enredo. Assim como fez com a cidade de São Luiz, capital do Maranhão, na arquitetura da atmosfera de “O mulato”. Sempre se valendo de um híbrido de sinestesia e prosopopeia para construção de lirismo e significado literário.

Ainda de acordo com Siqueira, o maranhense utilizou de elementos adverbais para desconstrução moral da sociedade através da criação das personagens femininas, o que refletia sua opinião vanguardista no que diz respeito à emancipação das mulheres. É o caso da contraditória Dona Bárbara, de “O Mulato”. Nesta obra, ainda segundo o professor, somente o protagonista Raimundo é um personagem sem desacertos nem contradições. “Raimundo é tão completo que chega a ser apresentado na Rua da Estrela”, brincou o professor com a genialidade do escritor maranhense.

Aluísio Azevedo foi criado em meio a livros,

mas não teve formação acadêmica. Com isso, sobreviveu sempre da verve literária que lhe era característica, contribuindo como cronista ora satírico ora contundente para os jornais “O Pensador” e a “A Pacotilha” e publicando livros para o incipiente público leitor. Já adulto, se mudou para o Rio de Janeiro, centro da corte, onde morou (inclusive numa pensão) por dois anos e entrou em contato com o ascendente movimento positivista e com a ebulição literária carioca. Ao longo da carreira, fez uma profunda pesquisa e observação social com sua obra e entrou em polêmicas com as elites e com o clero do decadente Império e da nascente República Café com Leite. Aluísio Azevedo chegou a ser taxado de sensacionalista e promíscuo devido a sua inventividade artística e ao seu viés naturalista - que certamente não fizeram coro aos valores, costumes e à moral da época.



No lançamento da Revista *Cultura Crítica*, a mesa formada por Marizete Garcia, João Hilton Siqueira, Eduino Orione, João Batista Teixeira, Erson Martins de Oliveira e Luciana Meira Silva

Dia do Assistente Social é comemorado com várias atividades

A Cortez Editora realizou, durante todo o dia da segunda-feira 14/5, o 5º Seminário Anual de Serviço Social, em comemoração ao dia do assistente social: 15 de maio. Com a pergunta "Assistentes Sociais diante das atuais expressões da questão social no Brasil - que formação para qual intervenção?", o seminário reuniu participantes das cinco regiões do país num auditório do TUCA lotado.

No período da manhã, a mesa de abertura foi composta por José Xavier Cortez, proprietário da editora, e por integrantes das entidades representativas da categoria, como CFESS, CRESS, ABEPSS e ENESSO.

Todos ressaltaram a importância do acontecimento para refletir qual o papel do serviço social e da educação na atual conjuntura de crise econômica e ambiental da sociedade.

Logo após foram chamados a compor a primeira mesa de palestra os professores José Paulo Netto e Marcelo Braz, e a professora Josiane Santos. Eles falaram, respectivamente, sobre a crise do Capital e o atual estágio de barbarização social, as formas de resistência e organização dos trabalhadores, e as particularidades da questão social no Brasil, causando ebulição na plateia.

A segunda mesa de palestra, à tarde, focou especificamente no exercício cotidiano da profissão e o papel da formação crítica e de qualidade do assisten-



Acima, público lota o TUCA na mesa de abertura do 5º Seminário Anual de Serviço Social. Ao lado, o professor José Paulo Netto, em destaque, durante sua fala. Abaixo, à esquerda, as professoras Lúcia Barroco e Sylvia Terra lançam livro sobre o assistente social. À direita, mesa composta pela estudante Natália Parizotto, e as professoras Maria Elisa Braga, Maria do Socorro, pelo jornalista Alípio Freire e pela professora Rosalina de Santa Cruz.

te social frente aos atuais desafios da sociedade, expostos durante todo o seminário.

LANÇAMENTO DE LIVROS

O evento da Editora Cortez foi finalizado com uma noite de autógrafos para comemorar o lançamento dos livros "Código de Ética do/a Assistente Social comentado", de autoria da assistente social e professora da PUC-SP Maria Lucia Silva Barroco, e da advogada e assessora jurídica do CFESS, Sylvia Helena Terra.

O evento ocorreu no saguão do TUCA ao final da chuvosa tarde de segunda-feira, e contou com a presença das autoras e de assistentes sociais de várias localidades.

Semana de Serviço Social discute agenda da categoria

Também em comemoração ao dia do assistente social, o curso do Serviço Social da PUC-SP organizou no Prédio Novo dois debates nos dias 15 e 16/5. O primeiro foi sobre os limites e possibilidades do exercício profissional, centrado na discussão de habitação e assistência social, duas áreas históricas de atuação dos assistentes sociais.

Já o segundo focou diretamente na agenda profissional - a luta pela aprovação do piso de oito salários mínimos e a lei aprovada em 2010 que prevê jornada de trabalho de 30 horas semanais - e política, a recém-nomeada Comissão Nacional da Verdade, da categoria.

Especificamente para falar sobre este tema foram convidados o jornalista Alípio Freire e a professora Rosalina Santa Cruz, participante da comissão de familiares de mortos e desaparecidos na ditadura. "A comissão (da verdade) é uma vitória histórica do povo brasileiro, porque ela iniciará os trabalhos para nos garantir o direito à memória e a verdade daquela época, como o fato de que o golpe de 64 no Brasil foi civil-militar", afirmou Freire lembrando que ainda é preciso caminhar em direção à justiça, mas sem antes haver um denso processo de apuração e averiguação, como foi feito em demais países da América Latina.

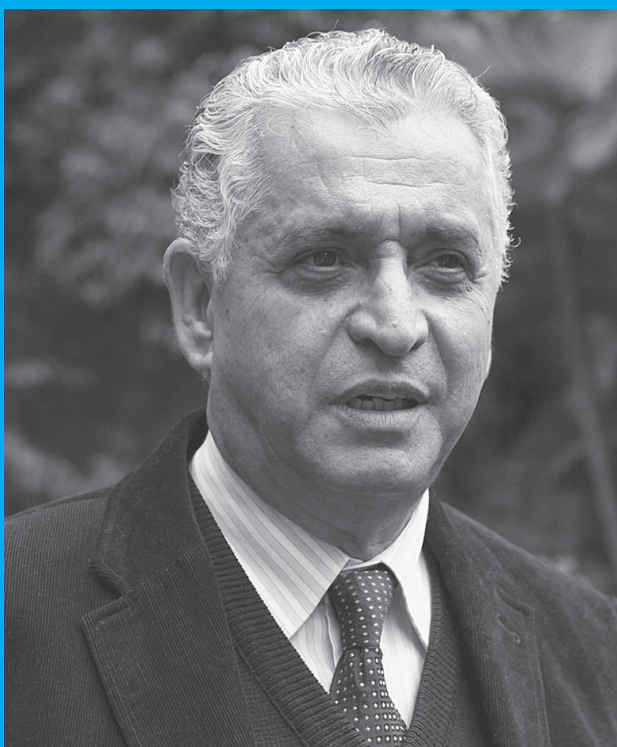
SUCESSÃO

SOBRE O ATUAL
MOMENTO DA
PUC-SP

Tudo que temos hoje na universidade é fruto do redesenho, que desembocou numa mudança dos estatutos feita sem a preocupação de se prever uma universidade para o futuro, ou seja, a PUC-SP não tem um plano diretor para a próxima década ou para daqui a 20 anos. E várias das coisas que estão acontecendo hoje estariam acontecendo independentemente da reitoria que está aí. O redesenho permitiu a criação de uma série de visões dentro da universidade. Hoje eu vejo com muita preocupação que não há uma limitação das instâncias e competências dentro da universidade. Até onde vai o administrativo, o financeiro e o acadêmico?

Teríamos que ter um planejamento, depois um projeto, e a operacionalização deste projeto. Qualquer instituição funciona desta forma. Temos várias operacionalizações das quais não se conhece o respectivo projeto. Na parte acadêmica, por exemplo, o sistema que foi criado, em minha opinião, constitui-se em um sério entrave para o desenvolvimento da universidade. Essas mudanças de sistema não tinham um projeto para se saber o que queremos qual o custo e quais são os reflexos que este projeto produzirá. A sustentação da universidade é a graduação e sem imaginarmos qual a universidade que queremos, e como fazer para conseguir esta universidade, fica difícil. Hoje a PUC-SP tem um destaque no ranking das instituições, onde aparece com destaque entre as 15 universidades do país que realizam pesquisa, e tudo isto foi feito em cima de uma boa qualificação dos professores, como bons profissionais e bons pesquisadores. Mas nós passamos e a universidade continua, precisamos ter um plano para assegurar esta continuidade.

"Não se pode fazer uma gestão se não se tiver um projeto"



MARINA DAQUINO

Luiz Carlos de Campos, diretor da Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia em seu segundo mandato, é o entrevistado desta semana falando sobre o momento atual da PUC-SP e os desafios para o futuro gestor.

No caso do contrato de trabalho docente, no limite, hoje um professor é contratado pelo pós e segue como auxiliar de ensino, o que é uma afronta para o professor, e ele terá um limite de progressão na carreira. A limitação do percentual de professores dentro da categoria precisava ser revista porque, mesmo que não sejamos contra aquilo que é hoje direito adquirido, para que estejamos dentro de uma categoria, existem normatizações e atividades compulsórias que devem ser cumpridas. Hoje, um professor assistente-doutor não tem perspectivas de progredir na carreira. Se ele produzir ou não é indiferente para ele. Se nós não valori-

zamos a competência do profissional, esta universidade não vai ter futuro. E quando acabar esta geração?

Este é um nó, pois precisamos saber qual a universidade que a Fundação São Paulo quer. Nesta minha segunda gestão percebi que ficou muito difícil trabalhar, pois estamos tendo muitos problemas com professores. No começo do ano são os contratos de trabalho, difíceis de se agilizar. No passado as chefias faziam a primeira atribuição, a direção certificava as fichas cadastrais, encaminhava-se para a vice-reitoria de graduação, que mandava para a DRH. Mas, agora, depois da certifica-

ção da direção, as fichas vão para a SAE, depois para o DRH, e não existe um olhar acadêmico sobre os contratos.

Não que seja uma questão de competência, mas foram atribuídas à SAE muitas atividades que são difíceis de serem realizadas todas de uma vez. Primeiro porque não podemos, por decreto, determinar que uma coisa deva ser feita. É preciso ter recursos humanos e infraestrutura de equipamentos. E, de um momento para outro, a SAE ficou com todo controle acadêmico de alunos e professores praticamente com a mesma equipe. Quando se passou todas as tarefas para a SAE o sistema deu pau porque não tínhamos um projeto anterior, que determinasse, por exemplo, que necessitaríamos de um servidor capaz de realizar tais funções, não mudar e depois perceber que os serviços não comportam.

Não se pode fazer uma gestão se não tiver um projeto quantificado, com infraestrutura, com planilha de custos e, principalmente, a viabilidade do que você espera do projeto. E essa discussão passa por todas as instâncias competentes. As dificuldades que enfrentamos enquanto gestores decorrem fundamentalmente disto, porque temos que correr para todo lugar, ficar apagando incêndios.

Quando em uma discussão do Consun foi colocado que a universidade não tinha um projeto eu discordo porque aqui nós temos, sim, um projeto. Nos últimos seis anos nós criamos seis cursos e se esses cursos não fossem criados essa faculdade já teria terminado porque estes cursos representam 95% do faturamento da faculdade. Isso não é sorte, é planejamento.

Mas eu me pergunto qual é o projeto da universidade? Hoje nós criamos o primeiro pós graduação strito senso em engenharia. Mas, por outro lado, nós temos dificuldades de in-

continua na próxima página

**continuação da
página anterior**

vestimentos. O curso de engenharia foi avaliado com nota quatro porque nós não tínhamos o laboratório que já foi aprovado e não foi comprado.

FUNDAÇÃO SÃO PAULO

Em primeiro lugar nós precisamos ter bem claro quais são os limites de atuação da Fundação. No plano acadêmico, ela deve gerenciar e não tomar decisões do que pode ou não ser feito. Falta apresentar um projeto para a universidade e cobrar da Fundação o que ela espera da PUC-SP, onde é que ela vai investir. Nós não podemos deixar de lado a graduação e fazer pesquisa de ponta, sem valorizar a formação de recursos humanos na graduação.

Penso que no aspecto acadêmico a competência é da universidade, que deve negociar com a Fundação, mas não deve acontecer a ingerência da Mantenedora no acadêmico.

Mundialmente a perspectiva de uma universidade é que ela seja atuante na sociedade, deve formar um profissional crítico, com uma formação humanista completa e não só como técnico.

Algumas unidades estão sendo criadas sem se passar nas discussões pelas instâncias. Criaram-se cursos da área de tecnologia e a nossa faculdade não é ouvida.

Não se faz pesquisa por decreto e não se faz pesquisa sem recursos humanos. Posso montar um laboratório de primeiro mundo, excelente, mas o caminho está sendo percorrido ao contrário, pois primeiro é preciso montar a equipe de pesquisa e ela é que vai fazer um projeto do laboratório que se precisa. Hoje uma equipe de pesquisa custa caro.

Em um congresso recente do qual participei as associações profissionais estavam reclamando muito da formação

do profissional em tecnologia. Segundo eles, nós não estamos formando profissionais para as necessidades do mercado e do país. A PUC-SP tem participado pouco destes fóruns e em vários deles a iniciativa de participar foi minha. O mercado exige não só a capacidade técnica, mas a formação humanística, formação de trabalho em equipe. Então teríamos que criar na universidade um espaço para a discussão do novo mundo em que estamos vivendo.

Hoje todo profissional tem que ter uma formação multidisciplinar. Nas universidades da Holanda, com as quais tenho contato, o profissional de engenharia

rem não significa que tenham de ser demitidos, mas eles não podem ocupar o cargo em uma categoria impedindo que outro que produz não consiga chegar lá.

QUEDA DE ALUNOS

Na verdade o sistema de educação no Brasil está oferecendo hoje um número superestimado de vagas que é muito maior que a capacidade de alunos para ocupar estas vagas. O custo da educação também está muito caro. Por outro lado, o país descobriu que deve investir em áreas de ciências tecnológicas, mas você não se vê nas licenciaturas

ganhar deve levar. Eu sei que é permitida a escolha, mas até para respaldo e respeito da democracia da universidade, aquele que ganhar deve ser escolhido. Se a comunidade elegeu um professor ele deve ser indicado. Sou favorável ao respeito ao resultado das urnas apesar de que legalmente existe a possibilidade da indicação. Acredito que uma posição diferente desta representaria comprar uma briga muito grande com a comunidade.

Até agora tivemos pouco debate, as ideias que estão sendo colocadas são no nível macro, abrangentes, mas não vejo nenhuma preocupação dos candidatos de definirem qual universidade cada um quer. Gostaria muito que os candidatos tivessem uma preocupação com o futuro da universidade. Chegou o momento de termos um projeto de Estado e não de governo. Tenho mais de dois terços da minha vida dentro da PUC-SP e estou sinceramente preocupado com o futuro da universidade por não termos definido que PUC-SP que queremos. Eu gostaria que os futuros candidatos discutissem com cada faculdade o que eles pensam da universidade, porque fazer um projeto em um gabinete é fácil, o que deve ser feito é um projeto que contemple a realidade de cada faculdade.

Os candidatos deveriam ouvir as duas entidades de classe, porque são elas que dão sustentabilidade ao sistema. Eu, que fui durante um bom tempo militante da APROPUC, vejo que a preocupação das associações é para o bem da universidade. É claro que elas têm também um lado corporativo, o que é natural, mas têm uma visão clara da universidade e poderiam contribuir muito para um projeto de nova gestão. Em todo projeto nós devemos valorizar a competência, não podemos ter gestões de subserviência, senão corremos o risco da PUC-SP se transformar em uma empresa de família. Se nós não fizemos a substituição desta geração com competência seguiremos o caminho das empresas de família.

"Os candidatos deveriam ouvir as duas entidades de classe porque são elas que dão sustentabilidade ao sistema. Eu, que fui durante um bom tempo militante da APROPUC, vejo que a preocupação das associações é para o bem da universidade."

tem um link muito forte com educação. Eu gostaria muito que isto acontecesse aqui na PUC-SP e já fiz uma proposta para a diretora daquela faculdade.

A NOVA GESTÃO

A grande preocupação da nova gestão deve ser com o acadêmico da universidade. Temos que ter coragem de mexer em vários problemas. Por exemplo, ninguém gosta de ser avaliado, mas a maioria das universidades de todo mundo passam constantemente por uma série de avaliações. Então teremos que ter coragem de criar uma norma de avaliação do desempenho docente na universidade. Não se trata de avaliação para mudar de quadro, mas é uma avaliação de produção. Temos que abrir perspectiva para que o professor possa crescer na carreira.

Nossos professores jovens estão desestimulados, pois não têm possibilidade de ascensão na carreira. E aqueles que não que-

professores de química ou física. Portanto temos que pensar em parcerias com o governo para conseguirmos bolsas, para termos uma valorização das licenciaturas. A PUC-SP deveria exigir uma contrapartida do governo no sentido de formação destes profissionais.

Não se pode fechar cursos estruturantes da universidade, pois não podemos pensar só nos cursos que têm grande demanda de alunos. Eu vejo algumas propostas de criação de cursos como se a universidade fosse um supermercado que oferecesse todo tipo de produto.

Segundo levantamentos do Consun, dos 47 cursos da PUC-SP, 27 não têm um candidato por vaga. Para estes cursos a universidade não deveria fazer vestibular, mas um processo seletivo.

SOBRE A LISTA TRÍPLICE

A lista tríplice deve ser vista como um processo, mas quem

Presos políticos foram incinerados

*Sem unhas, com mãos decepadas, marcas de mordidas e de violência sexual...
Meu irmão Fernando Santa Cruz é um deles!!!*

Rosalina de Santa Cruz

No Brasil os presos políticos da ditadura brasileira não foram só presos, julgados por tribunais militares sob a égide da Lei de Segurança Nacional. Foram torturados, assassinados com requintes de crueldade, levados para centros de extermínio, além de terem sido incinerados, queimados de forma a não restar nem suas cinzas.

A sociedade brasileira não pode se calar diante disso. O Estado brasileiro não pode continuar omisso. Queremos Justiça. Sabemos que não é papel de nenhuma Comissão da Verdade processar ou punir, isso é tarefa do Judiciário, mas cabe à Comissão apurar, ouvir e enviar relatórios precisos ao judiciário, afinal a que serviria uma Comissão da Verdade se não buscasse a verdade e não atuasse no sentido de auxiliar a justiça?

Estou indignada com o po-

sicionamento público de alguns dos membros da Comissão da Verdade que se pronunciaram sobre o papel desta Comissão da qual fazem parte, omitindo a palavra "justiça", ressaltando o "não revanchismo", como se algum cidadão brasileiro que reivindica apuração dos crimes hediondos da ditadura fosse um "revanchista". Defendem a conciliação e a manutenção da Lei da Anistia, de 1979, que não permite o julgamento dos assassinos e terroristas do Estado e se autointitulam "pacificadores".

Sabemos que é papel do Estado e de seus governantes apurar crimes como estes e punir seus responsáveis. E, cabe a nós, cidadãos brasileiros, exigir o direito à verdade e à justiça sob pena de nos tornarmos coniventes com a violência e o arbítrio que caracterizou a ditadura civil e militar no Brasil. Queremos, como familiar de Fernando Santa Cruz e como brasileira e brasileiros que somos, que se apure este fato com

o rigor que se faz necessário, para que não mais aconteça.

Fernando era um jovem brasileiro, nordestino, socialista de 26 anos, estudante de direito, que foi torturado, morto e desaparecido desde 1974. Essa notícia recente sobre o episódio da sua incineração nos causou muita tristeza, dor e indignação e fez aflorar novamente sentimentos de impotência e dúvidas. Afinal o que realmente aconteceu?

Por isso, acredito que temos, assim como tem todo o povo brasileiro, o direito e o dever de lutar pela verdade e a justiça sob pena de tornarmos coniventes com a violência e o arbítrio que caracterizou a ditadura civil e militar no Brasil.

Além do mais, Fernando, como os demais presos mortos e desaparecidos, tombou por todo o povo brasileiro, pela democracia plena, por justiça e liberdade.

Queremos uma Comissão da Verdade que apure imediatamente

te as circunstâncias de tais crimes, ouvindo o denunciante e que o Ministério Público e a Polícia Federal cumpram o seu dever para que se resgate a verdade e se faça JUSTIÇA.

Vale a pena, nesse momento, lembrarmos que quando perdemos a capacidade de nos indignarmos diante de atrocidades como esta, perdemos também nossa dignidade e nosso sentido de humanidade.

Rosalina de Santa Cruz é professora da PUC-SP, ex presa política e irmã de Fernando Augusto de Santa Cruz

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

Especialistas sobre meio ambiente debatem a Rio+20

A segunda palestra do ciclo de debates sobre a Rio+20, evento da Organização das Nações Unidas que ocorrerá na cidade do Rio de Janeiro no próximo mês, aconteceu na terça-feira, 15/5. Com a presença de Sérgio Leitão, militante do Greenpeace, Marijane Lisboa, professora da PUC-SP, Werner Grau, especialista em Direito Ambiental pela Pinheiro Neto Advogados, e coordenada pela professora Matilde Melo, da PUC-SP, a mesa debateu "O tema cada vez mais quente das Mudanças Climáticas e a valorização da biodiversidade".

Para iniciar os debates, Leitão contextualizou a Eco92, a primeira Conferência das Na-

ções Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e que completa 20 anos em 2012, motivando a Rio+20. Já a professora Marijane Lisboa mencionou o fracasso do Protocolo de Kyoto, principalmente pelo crescimento da economia nos países que o assinaram.

Por sua vez, o advogado Werner Grau alertou que não há muito que se esperar da Rio+20, pois o evento deve caminhar na mesma direção que a Eco92, que não conquistou resultados efetivos. O advogado ainda comentou que é necessário estimular o maior consumo de produtos "amigos do meio ambiente" e de se mudar a relação entre o capital e o meio

ambiente, antes que seja tarde.

O evento foi organizado pelos departamentos de Rela-

ções Internacionais e Geografia e contou com o apoio da APROPUC.



Da esquerda para a direita, o advogado Werner Grau, as professoras Matilde Melo e Marijane Lisboa e o membro do Greenpeace, Sérgio Leitão.

FALA COMUNIDADE

O reitor da PUC-SP Dr. Dirceu de Mello leva o caso da ex-professora Anna Maria Garzone Furtado ao Vaticano: será que Anna Maria conseguirá justiça?

*Grupo de solidariedade com
a causa da professora
Anna Maria Garzone Furtado*

Já faz doze anos que esta questão de justiça está se debatendo na PUC-SP! Os fatos em síntese: no ano letivo de 2000, a professora Anna Maria Garzone Furtado, na época docente há mais de 30 anos na Faculdade de Educação da PUC-SP, recusou-se a aprovar quatro alunos do Curso de Metodologia do Ensino de História, devido a várias irregularidades. A partir dessa recusa ela foi alvo, por vários anos, de assédio moral e pressões de vários tipos, até ser demitida sem justa causa.

Depois de muitas tentativas inúteis para conseguir justiça, recusando também um "ajuste financeiro" proposto pelo representante da Fundação São Paulo, em troca do "silêncio", encaminhada pelo próprio Cardeal Odilo Scherer, Arcebispo de São Paulo e Grão-Chanceler da PUC-SP, a professora Anna Maria recorreu ao Tribunal Interdiocesano de Apelação de São Paulo, e teve causa ganha em primeira e segunda instância (2010 e 2011). O Tribunal reconheceu as injustiças cometidas ao longo destes anos contra a professora e determinou, para as Autoridades da PUC-SP, a obrigação de reintegrá-la no seu cargo ou - no caso ela não quisesse voltar ao ensino - de fazer uma despedida honrosa. Determinava também o res-

sarcimento dos danos morais e materiais.

O reitor da PUC-SP, Dr. Dirceu de Mello recusou-se a acatar as determinações do Tribunal Eclesiástico. Num primeiro momento alegou para isso o princípio da separação entre Igreja e Estado vigente no Brasil. Na base de tal princípio ele, cidadão brasileiro, não se considerava obrigado a submeter-se às decisões de um tribunal da Igreja.



Queremos aqui declarar que temos plena confiança de que, como já foi feito em primeira e segunda instância pelo Tribunal Eclesiástico de São Paulo, assim também o Vaticano saberá reconhecer a verdade dos fatos, e restituirá à nossa ex-professora Anna Maria o bom nome e os direitos que lhe foram negados durante todos estes anos.



Depois da segunda instância, o Dr. Dirceu de Mello esqueceu-se desse princípio da separação entre Igreja e Estado e, com a evidente conivência do Grão-Chanceler, Arcebispo de São Paulo, Cardeal Odilo Scherer, recorreu ao Vaticano, pedindo que o processo da ex-professora da PUC-SP Anna Maria Garzone Furtado fosse submetido ao exame da suprema instância judicial da Igreja, conforme o procedimento da restitutio in integrum: quer dizer, refazendo novamente o julgamento, partindo da 'estaca zero'. Para fazer este apelo a Roma, o reitor da

PUC-SP, Dr. Dirceu de Mello se baseou numa possibilidade de recurso à suprema instância judicial da Igreja Católica que o Direito Canônico estabelece para as duas partes do processo.

Lá vai o curioso desta história! O Cardeal de São Paulo, conivente com a iniciativa do Reitor da PUC-SP, desautoriza por completo o seu próprio Tribunal Eclesiástico! De fato, não seria pensável que este re-

o Tribunal Eclesiástico são totalmente falsas, ou que tem novas provas contrárias de tal valor, que é preciso refazer o processo. Deixamos para o próximo capítulo desta triste "história" a informação sobre estas "provas" contra a professora Anna Maria, que serão apresentadas ao Vaticano pelos responsáveis da PUC-SP. Queremos aqui declarar que temos plena confiança de que, como já foi feito em primeira e segunda instância pelo Tribunal Eclesiástico de São Paulo, assim também o Vaticano saberá reconhecer a verdade dos fatos, e restituirá à nossa ex-professora Anna Maria o bom nome e os direitos que lhe foram negados durante todos estes anos.

Sabemos, porém, pela experiência, que as coisas no Vaticano andam devagar: pensando nesse fato, não podemos evitar a suspeita da iniciativa de recorrer a Roma seja inspirada pela esperança de que, passando os meses e os anos, não será a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e seus dignos Representantes a resolver a causa da professora Anna Maria, mas sim... A funerária! Esperamos sinceramente que isto não aconteça, pelo bom nome da PUC-SP, pela responsabilidade do testemunho evangélico que a Igreja Católica e seus Pastores têm, junto aos seus fiéis, e também junto à sociedade brasileira!

*Grupo de solidariedade com
a causa da professora Anna Maria
Garzone Furtado*

Sabemos que para fazer este recurso a Roma e pedir a restitutio in integrum da causa é preciso mostrar que as provas apresentadas para

MOVIMENTOS SOCIAIS

Professores do ensino superior deflagram greve

Professores das instituições federais do ensino superior (Ifes) de diversos estados declararam greve na quinta-feira, 17/5, por tempo indeterminado até que suas reivindicações sejam garantidas.

Segundo comunicado do Andes-SN, que deliberou pela greve em assembleia nacional realizada na sede da associação no dia 12/5 com participação de professores representantes de 36 Ifes, a categoria pleiteia carreira única com incorporação das gratifica-

ções em 13 níveis remuneratórios, variação de 5% entre níveis a partir do piso para regime de 20 horas correspondente ao salário mínimo do Dieese (atualmente calculado em R\$ 2.329,35), e percentuais de acréscimo relativos à titulação e ao regime de trabalho. O Ministério da Educação, por sua vez, afirmou que por ora não se manifestará acerca da deflagração da greve.

As atividades ordinárias já foram canceladas em mais

de 10 universidades, algumas até no mesmo estado, de norte a sul do país: desde o Pará, Piauí, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, passando pelo Espírito Santo, Rio de Janeiro e Juiz de Fora até o Paraná. Mas a lista pode crescer no dia 22/5, quando outras assembleias ocorrerão localmente em universidades pelo país.

A APROPUC solidariza-se com os professores federais entendendo sua luta como a de todo o professorado brasileiro.

Em Campinas servidores paralisam atividades

Os trabalhadores da esfera pública municipal de Campinas entraram em greve na segunda-feira, 12/5, para exigir negociação em cima do reajuste salarial de 5,38% proposto pelo governo. Decisão que foi reafirmada na assembleia geral do dia 17/5, quinta-feira.

Segundo o sindicato da categoria, o STMC, a cifra sequer cobre as perdas inflacionárias, achatando ainda mais o já espremido salário dos servidores públicos. Melhoria nas condições de trabalho e nos valores de transporte e alimentação também estão na agenda de reivindicações, além de uma política de progressão na carreira.

Já na sexta-feira, 18/5, eles realizaram uma passeata pelas ruas da cidade, saindo do Paço Municipal, para dialogar com a população sobre a precarização do trabalho público em âmbito municipal e estadual.

Os trabalhadores prometem ficar mobilizados e manter greve até o momento em que o governo se propor a reabrir a rodada de negociações, o que segundo a comissão permanente de negociação ainda não aconteceu.

Uma extensa programação, que inclui atos, assembleias e plenárias das diversas categorias, está sendo organizada para o período em que os servidores públicos municipais estiverem parados.

A APROPUC apoia a luta dos trabalhadores campineiros por melhores condições de trabalho.

12M realiza manifestações em várias cidades do Brasil

No período de 12 a 15 de maio foi mundialmente organizado o 12M, com o mote "Ocupa, Acampa". A ação foi inspirada nos atos dos indignados europeus e se espalhou por praças e espaços públicos de todo o globo, embora não tenha tido tanta adesão e reper-

cussão quanto o 15O, ato globalmente conectado no dia 15 de outubro do ano passado em memória da ocupação da Praça do Por do Sol pelos jovens e trabalhadores espanhóis no dia 15/5 daquele ano.

No Brasil, houve manifestações e acampamento do

12M em São Paulo, em meio a Praça Charles Muller, em Pernambuco, no Paraná, na Bahia, no Rio Grande do Sul e em outros estados. Em território internacional, o 12M ocupou demais países da América Latina, os EUA, países no norte de África, e nações da Europa e Ásia.

Marcha da Maconha reúne ativistas em São Paulo

Declarada constitucional pelo Superior Tribunal Federal (STF), a marcha da maconha em São Paulo aconteceu no último sábado, 19/5, e reuniu pessoas de diversos lugares do país na Avenida Paulista.

Os manifestantes se concentraram no vão do Masp, onde foram realizadas diversas atividades políticas e culturais, entre elas gravação de clipes, in-

tervenções teatrais e aulas públicas, e saíram em marcha pela principal avenida paulistana pedindo a descriminalização do uso da maconha e a legalização das drogas.

A fim de chamar a atenção da sociedade para a ineficiência da atual política de segurança pública, a famosa guerra às drogas, e para a necessidade do tratamento de dependência de psicoativos

como questão de saúde, não de polícia, a marcha da maconha foi amplamente divulgada e organizada por inúmeras assembleias abertas. Mas também foi contestada por setores da sociedade. Ou seja, como sempre, aguçou opiniões, gerou debate e atendeu polêmicas. Na próxima edição do *PUCviva* haverá espaço especial para a Marcha da Maconha de São Paulo e demais localidades.

ROLA NA RAMPA



Lúcio Flávio, à direita, durante sua fala, na mesa que discutiu desenvolvimentismo

Desenvolvimentismo é tema de debate na PUC-SP

Na última quinta-feira, 17/5, o Movimento Ruggedo do Leão organizou debate sobre Desenvolvimentismo com Rubens Sawaya e Maria Angélica Borges, ambos do Departamento de Economia, Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida, da Faculdade de Ciências Sociais, e João Pedro Stedile, do MST. O debate perpassou por questões de desenvolvimento eco-

nômico e social, interesses da burguesia brasileira, reforma agrária e lutas populares. "Se você quer algo rápido e inconsistente plante alface, ele cresce em três semanas, mas apodrece em três dias. Se quiser consistência plante uma árvore, ela demora pra crescer, mas na natureza ela não morre e dá frutos sempre", disse Stedile.

NEAM debate a concepção marxista de partido

O Núcleo de Estudos e Aprofundamentos Marxistas, programa da Pós-graduação em Serviço Social coordenado pela professora Beatriz Abramides, convida a todos para os debates com o tema "Concepção marxista de partido e a necessidade histórico do partido revolucionário". No dia 30/5, na sala 100, o

debate contará com a presença de Livia Cotrim, Antônio Rago e Erson de Oliveira. Já no dia 6/6, na sala 333, as falas serão feitas por Antônio Carlos Mazzeo, Simone Ishibashi e Valério Arcary. Os debates começarão às 19h15 e serão transmitidos simultaneamente na sede da APROPUC.

Rede de Proteção fará jantar para arrecadar fundos

A Rede de Proteção aos Ameaçados de Morte se reuniu na terça-feira, 15/5 para iniciar os preparativos para o próximo jantar para arrecadação de fundos para continuar sua atuação. O jantar deve acontecer no dia 22/6, na reinauguração do Sintusp, dentro da Cida-

de Universitária. O **PUCviva** em breve trará mais informações sobre a venda de convites do evento. As entidades presentes, entre elas a APROPUC, o Tribunal Popular da Terra e o Comitê Pró-Haiti, ainda discutiram a regularização da Rede de Proteção, e seu regimento.

PUC-SP promove vacinação contra a gripe

Entre os dias 21 e 23/5 a PUC-SP promove vacinação contra a gripe, das 8h às 22h, no saguão da Biblioteca Central. Os professores associados à APROPUC e os funcionários associados à AFAPUC não terão suas vacinas cobradas. Já professores e funcionários não associados pagarão a taxa de R\$ 7,08 e os dependentes de professores e funcionários, estudantes e a comunidade externa à PUC-SP será cobrada a taxa

de R\$ 23,60. Os outros campi da universidade também terão dias de vacinação: no DERDIC, dia 24/5, das 8h às 17h; em Sorocaba, dia 25/5, das 8h às 20h; na Marquês de Paranaguá, dia 28/5, das 8h às 22h; no Ipiranga, das 8h e 12h, e em Santana, das 16h e 21h, no dia 29/5; e em Barueri no dia 30/5, entre 8h e 13h. Para outras informações, ligue para 3670-8007 ou escreva para amb.medico@pucsp.br.

Alunos questionam segurança da PUC-SP

Cerca de 50 pessoas participaram da assembleia convocada pelo Centro Acadêmico de Psicologia para discutir recentes problemas entre estudantes e seguranças da empresa Graber, responsáveis pelo patrimônio da universidade. Nas últimas semanas, a universidade presenciou diversas discussões

entre os seguranças e os alunos, algumas chegando inclusive à agressão física contra estudantes. "Nossa intenção não é apontar este ou aquele Graber, e sim mostrar que o problema não é caso isolado, é a preparação que a empresa dá a seus funcionários", afirmaram os estudantes.

Ciclo de debates discute STF e Direitos Humanos



Mesa de terça-feira que debateu STF e a legalização do aborto

O Grupo Construção Coletiva promoveu entre os dias 14 e 16/5 mesas de debate sobre o Supremo Tribunal Federal e Direitos Humanos. Entre a programação, na terça-feira, 15/5, esteve em pauta a legalização do aborto e a recente decisão do Supremo que determinou que a realização de abortos de fetos

anencéfalos não é mais crime. Na ocasião estiveram presentes as militantes Luka Franca, do Psol, Mariah Vieira, do coletivo Yabá, e Yuri Puello Orozco, da ONG Católica pelo Direito de Decidir (foto). A semana também discutiu temas como a legalização das drogas, cotas raciais e a abertura dos arquivos da ditadura.